



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 7.11.2018
C(2018) 6897 final

Senhora Presidente,

A Comissão gostaria de agradecer à Assembleia da República o seu parecer sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo {COM (2018) 374 final}.

A proposta faz parte de um pacote mais vasto de medidas ambiciosas, concebidas para regular a política de coesão para o período pós-2020, em especial para promover a coesão socioeconómica e territorial em toda a União Europeia. Como salientado no parecer, a proposta visa, mais especificamente, promover a cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia e entre estes e países terceiros da vizinhança europeia, países parceiros, outros territórios ou países e territórios ultramarinos.

A Comissão apresentou uma proposta para o Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 que é tanto realista como ambiciosa. Para tal, foi preciso ter em conta um vasto leque de questões, incluindo o Brexit, a necessidade de apoiar as novas prioridades e a necessidade de garantir o apoio às nossas cidades e regiões. Tal como a Assembleia da República refere no seu parecer, foram necessários alguns ajustamentos no orçamento da política de coesão, bem como nas afetações para a Interreg. A proposta de política de coesão continuará a ser a principal política da União em termos de volume financeiro e continuará a abranger todas as regiões.

A Comissão congratula-se com a apreciação da Assembleia da República relativamente à conformidade desta iniciativa legislativa com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

*Ex.^{ma} Senhora
Presidente da Comissão de Assuntos
Europeus da Assembleia da República
Dr.^a Regina Bastos
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa
PORTUGAL*

*cc. Sua Excelência o Presidente
da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa
PORTUGAL*

A Comissão compreende a preocupação da Assembleia da República sobre o nível proposto de cofinanciamento. No entanto, deve ser tido em consideração que as taxas de cofinanciamento foram aumentadas num período de crise económica, com o objetivo de garantir a continuidade do investimento nas regiões mais severamente atingidas. A Comissão propôs que essas taxas sejam agora reduzidas, a fim de refletir a melhoria da situação orçamental em toda a UE, visto que os Estados-Membros estão a consolidar as respetivas situações financeiras após a crise. Essa redução deverá resultar numa maior apropriação por parte dos beneficiários, esperando-se que venha a melhorar a qualidade dos projetos.

A Comissão congratula-se com o apoio da Assembleia da República à componente Interreg que abrange as regiões ultraperiféricas com vista à sua melhor integração e à cooperação entre elas, bem como entre estas regiões e países terceiros.

A proposta encontra-se atualmente em processo legislativo, o qual envolve o Parlamento Europeu e o Conselho, e a Comissão exorta-os a que alcancem um acordo, a fim de assegurar que os fundos da UE ao abrigo do novo Quadro Financeiro Plurianual comecem a produzir resultados no terreno o mais rapidamente possível.

A Comissão espera poder prosseguir o diálogo político com a Assembleia da República.

Com os melhores cumprimentos,



*Frans Timmermans
Primeiro-Vice-Presidente*



*Corina Crețu
Membro da Comissão*